A JUVENTUDE KANTIANA E A VIRADA CRÍTICA¹

Marcio Tadeu GIROTTI²

RESUMO

Trata-se de uma investigação no âmbito do período pré-crítico da filosofia de Immanuel Kant, com o intuito de apontar elementos críticos em meio aos textos do período de 1755 a 1772, com ênfase nos escritos das década de 1760, que supostamente apontam o caráter crítico do pensamento kantiano dentro do período pré-crítico. Diante das teses esboçadas nos escritos anteriores à *Crítica da Razão Pura* (1781), podemos destacar a “Forma e princípios do mundo sensível e inteligível (1770)” comumente apontada como marco da virada crítica e, não obstante, a obra “Sonhos de um Visionário explicados por sonhos da metafísica” que pode configurar esse marco e, nesse sentido, buscaremos apontar essa possibilidade de acordo com o olhar que é lançado a cada escrito em questão e pelo viés argumentativo através do qual os escritos são retratados.

Palavras-chave: jovem Kant; metafísica; virada crítica; criticismo.

1 Introdução

Na modernidade, a filosofia kantiana se insere como um marco no que concerne ao conhecimento. Kant promove uma virada epistemológica modificando o papel do sujeito do conhecimento, fazendo com que este se torne a porta de entrada do mundo que a ele se apresenta. Dentro desse contexto, a publicação da *Crítica da Razão Pura* em 1781 é tomada como a obra que corrobora o criticismo kantiano, prescrevendo os novos caminhos da filosofia de cunho metafísico, despojando-se de uma metafísica dogmática.

Segundo alguns historiadores, o período crítico começa com o escrito intitulado “Forma e princípio do mundo sensível e do mundo inteligível”, conhecido como “Dissertação de 1770”, o suposto marco da virada crítica. Considerando a ocorrência da virada em 1770, temos que antes disso há inúmeros escritos que conduzem o pensamento de Kant a engendrar seu criticismo culminando na *Crítica* em 1781 e, nesse sentido, a retomada dos textos do período pré-crítico podem e devem esclarecer pontos que afirmam as teses tratadas no texto inaugural desse criticismo em 1770, bem como em 1781.

¹ Pesquisa que faz parte do projeto de iniciação científica financiado com bolsa FAPESP.

² Graduando do 3º ano do Curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp, CEP 17525-900, Marília, São Paulo – Brasil. Orientador: Prof. Dr. Lúcio Lourenço Prado. E-mail: girotti_mtg@hotmail.com

Diante de todo o contexto que marca o pensamento kantiano em sua juventude, encontramos comumente um amálgama de questões e uma diversidade de orientações intelectuais, que conduziram o jovem Kant a engendrar o seu próprio caminho e, nesse sentido, podemos dizer que existe nesse período uma espécie de “espírito conciliatório”, a busca pela harmonia entre pensadores com orientações opostas, como é o caso de Leibniz e Newton, dois pensadores que influenciaram Kant e fizeram com que o próprio engendrasse uma investigação a fim de encontrar um ponto de conciliação entre a metafísica de Leibniz e a física de Newton culminando na obra de 1756, intitulada “Monadologia Física”, uma obra que diz respeito ao problema do espaço visto por dois pontos de vista diferentes e definido por um terceiro ponto de vista, o ponto de vista de Kant³.

Dentro da evolução de seu pensamento, Kant sempre buscou harmonizar a física e a metafísica o que culminou em uma crítica a razão. Essa crítica presente em sua efetividade na Crítica da Razão Pura encontra-se supostamente nos anos anteriores a 1781 e, nesse sentido, nossa investigação buscará apontar esses elementos que encadeados resultam em uma virada crítica, porém, uma virada que, de certo modo, não se encontra em um escrito somente, mas entre vários deles que constituem uma linha dentro das reflexões kantianas e formam o seu pensamento crítico.

2 Kant: do dogmatismo ao ceticismo.

Na obra “História geral da natureza e teoria do céu” de 1755, Kant já aponta uma inter-relação do racionalismo com o empirismo, conjugando a física de Newton com a cosmologia cartesiana, com a proposta de apontar a verdadeira origem do universo. Nessa obra, encontramos um elemento que corrobora a fase de amadurecimento do pensamento Kantiano e esse mesmo elemento constitui o plano central de sua cosmologia configurada na própria especulação cartesiana, a saber: “Dadme sólo materia y les constuiré con ella um

³ Nessa obra, Kant articula a tese do espaço real-absoluto de Newton com a tese de espaço leibniziana que defende um espaço ideal-relativo. A tese de Leibniz é aceita, mas Kant compartilha com Newton a identidade do espaço físico com o espaço geométrico o que desemboca na argumentação em defesa de Leibniz juntamente com a aceitação de Newton e uma interpretação errônea por parte de Kant a respeito do espaço ideal-relativo. Contudo, Kant apresenta outro viés no que concerne ao espaço e, conseqüentemente, em 1768 acaba compartilhando a tese de espaço absoluto newtoniana e percebemos aqui o primeiro passo para a tese do espaço como algo ideal-subjetivo provado efetivamente em 1770 – “Dissertação de 1770” – (sobre essa fase: cf. PRADO, 2000).

mundo” (KANT, 1969: 19). Com essa frase, segundo Ernst Cassirer (1948: 61), poderíamos afirmar uma equivalência de sua cosmologia com o próprio período a que ele se insere, pois se com matéria e movimento se constrói um mundo, com o material e amadurecimento se constrói o pensamento de um filósofo, ou seja, Kant construiu seu pensamento recolhendo material de diversos pontos distintos e engendrou seu próprio caminho.

O racionalismo da época (século XVIII) aplicava a razão à realidade das coisas, concedendo a ela duas tarefas, a saber: a partir da experiência a razão deve encontrar a causa última das coisas e através do princípio dessas coisas demonstrar por si mesma a existência delas. Esse pensamento recorrente da época equivale a um racionalismo dogmático que atribui à razão o poder de prescrever existentes, sendo que ela pode somente dar conta da possibilidade das coisas (essências), caso este tratado em 1763, em que a tese fundamental é provar que a razão não pode por si mesma prescrever a existência das coisas.

A obra de 1763 intitulada “O único fundamento possível de uma demonstração da existência de Deus” pode ser configurada como um dos primeiros passos para o criticismo, pois afirma que a razão pode somente dar conta das essências e não da existência, sendo que a própria existência não é um atributo, mas um predicado verbal, isto é, dizer que um ser é existente não afirma que ele realmente existe. A partir dessa obra e, conseqüentemente, com a obra de 1766, Kant engendra uma crítica à razão, ou melhor, uma crítica à metafísica dogmática, que afirma a razão com a máxima autoridade que por si mesma demonstra o existente.

Com os escritos do período anterior à *Crítica* de 1781, podemos identificar a partir do escrito de 1755 e da obra de 1763, que há duas fases entre 1746 e 1772 que diz respeito a um racionalismo dogmático (Leibniz) até 1755 e um ceticismo próximo de Hume a partir de 1763 com a crítica à razão em relação à prova racional da existência de Deus que desemboca na obra “Sonhos de um Visionário explicados por sonhos da metafísica” em 1766 com uma crítica à metafísica e suas provas supra-sensíveis.

Em relação à passagem de uma fase racional para uma suposta fase “cética”, Kant busca em 1763 refutar a prova da existência de Deus tratada em 1755, onde Deus era postulado como existente e como ordenador da matéria. Nesse escrito de 1763, Kant parte do pressuposto de que há a possibilidade de uma prova *a priori*, mas também *a posteriori* para a existência de Deus e conclui que tanto uma quanto a outra são possíveis, porém, a

razão não pode por si só provar que Deus existe e, do mesmo modo, somente a experiência não demonstra efetivamente essa existência, já que não o temos no campo sensível.

Nesse âmbito, observamos a primeira articulação do sensível com a razão no trabalho de provar e demonstrar a existência e o conhecimento do objeto (tese tratada de modo minucioso na *Crítica*), pois um conceito racional deve ser pensado e equivar ao que é dado no sensível e, desse modo, se um conceito racional de Deus é possível ele deve ser demonstrado na experiência – o que não ocorre. O que queremos afirmar é que um ser possível possui os mesmos atributos que um ser real, logo, a existência se acrescentada a um ser real, ultrapassaria as características de um ser possível⁴ e, portanto, a existência não é um atributo e afirmar que “Deus existe” não prova efetivamente sua existência.

Com efeito, a razão prova que Deus existe empregando atributos a ele e assim a existência é dada como um atributo, mas a existência pode ser contingente, uma vez que ela é um predicado verbal. Deste modo, Kant empreende sua crítica à razão dogmática que pretende provar tudo que possa existir simplesmente por meio de inferências despojando-se do recurso da experiência para efetivar o conceito pensado e dado *a priori* como real e existente.

Quando nos remetemos à obra de 1755 como ponto de partida do pensamento kantiano com respeito à sua articulação entre a física de Newton e a cosmologia cartesiana, podemos constatar um período de conciliação e efetivação da razão dogmática, mas apoiada nas inovações newtonianas. Entretanto, com a evolução do pensamento de Kant, as provas teológica e cosmológica tratadas em 1755 são criticadas em 1763, sobretudo a prova da existência de Deus. Assim, podemos afirmar, segundo Philonenko (1983: 28), que existem duas fases do pré-crítico: um racionalismo dogmático até 1760 (influências de Leibniz, Wolff e Newton) e um empirismo após 63 (Locke, Hume, Rousseau), onde

⁴ « Voici une proposition qui semble insolite, sinon absurde; elle est indubitable. Prenez un sujet, n'importe lequel, par exemple, Jules César. Rassemblez par la pensée tous les attributs qui peuvent convenir à Jules César, sans omettre même les particularités de temp et de lieu. Ne voyez-vous pas aussitôt qu'avec toutes ces déterminations il peut assui bien n'exister pas que exister ? L'être qui a donné l'existence à ce monde, et dans le monde à ce héros, pouvait connaître tous ces attributs, sans en excepter aucun, et considérer néanmoins Jules César comme un simple possible, lequel, abstraction faite de la décision créatrice, n'existait pas. Est-il contestable que des millions de choses, qui en fait n'existent pas, demeurent, en dépit de tous les attributs dont elles seraient pourvues si elles existaient, de purs possibles ? Et qu'à la représentation que l'Être Suprême a de ces choses il ne manque absolument rien, bien que l'existence n'y soit pas comprise ? L'Être Suprême ne les connaît que comme possibles. Il ne se peut donc pas que, quand ces choses existent, elles contiennent un attribut supplémentaire ; cas dans la possibilité d'une chose, conçue d'après sa déterminations complète, il ne peut manquer aucun attribut ». (KANT, 1973: 79).

percebemos uma pequena crítica à razão dogmática e uma aproximação ao ceticismo de Hume.

3 A década de 1760 e o antidogmatismo kantiano

Com a obra de 1763 e 1766, adentramos a um período de amadurecimento do pensamento kantiano que desembocará em 1768 com a pressuposição do sujeito como o sujeito do conhecimento e após dois anos a afirmação do espaço e tempo como formas *a priori* da intuição sensível coadunando com o sujeito transcendental de 1781. Contudo, essa evolução de 1763 a 1781 deixa claro o ponto do criticismo e a virada epistemológica concretizada em 1770 com a obra “Forma e princípios do mundo sensível e inteligível”, que prescreve a mudança no eixo objeto-sujeito para o sujeito-objeto – o sujeito no centro do conhecimento.

Para compreendermos essa passagem é necessário explicitar a obra “Sonhos de um Visionário” como um escrito de cunho crítico que possui os elementos presentes na *Crítica*, postulados anteriormente em 1770, sendo esses elementos as metáforas de espaço e tempo.

Na obra de 1766, Kant trata do conceito de espírito muito utilizado pelos eruditos e por todo o tipo de pessoas, mas que não é explicitado de forma clara, pois ninguém concebe o conceito de espírito e sim o afirma como existente e pertencente ao mundo invisível. Nesse sentido, observamos o apelo à metafísica dogmática e à figura do Sr. Schwedenberg que diz ter acesso ao mundo supra-sensível equivalendo aos próprios vãos da metafísica que afirma a existência de um mundo inteligível e prova sem fundamentação alguma a existência de seres que compõem este mundo.

Segundo afirma Kant, a metafísica dogmática fala de espíritos, de sua relação com o corpo, da influência imaterial sobre o material, porém, nunca utiliza uma prova consistente que confirme a existência de seres extra-sensíveis. Este sistema filosófico está repleto de oposições entre as realidades que são postulas e não busca de modo detalhado expor os dados que lhe é disponível para concluir suas teorias. Neste ponto, ele começa perceber os absurdos e as contradições existentes na metafísica e, desse modo, redige sua obra de 1766 em direção a uma crítica a essa metafísica dogmática e compreende que a explicação possível acerca da existência de seres espirituais, bem como o próprio mundo extra-

sensível, escapa a uma especulação teórica, sendo, portanto, a razão prática a responsável pelos limites da razão e pela elucidação de um mundo espiritual.

Nos “Sonhos de um Visionário”, Kant trata da conexão entre as teses metafísicas e as fantasias do Sr. Schwedenberg, um visionário que afirma ter acesso ao outro mundo do mesmo modo que a razão acredita poder alcançar o mundo invisível. Nesta obra, observamos o tom irônico utilizado por Kant para salientar os vãos da metafísica em provar aquilo que não se pode constatar, sendo possível apenas postular. Considerando a figura de Schwedenberg como o ser que pode confirmar a existência do outro mundo, a metafísica dogmática deve, sendo este o único meio, se apoiar nele para que suas teorias possam obter uma prova *in concreto*, visto que somente ele poderia constatar a existência do mundo extra-sensível e, nesse sentido, Kant afirma:

[...] ou se deve supor nos escritos de Schwedenberg mais inteligência e verdade do que parece à primeira vista ou é apenas por acaso que ele concorda com meu sistema, do mesmo modo que às vezes poetas em delírio profetizam, como se acredita ou pelo menos como eles mesmos dizem, se de vez em quando estão de acordo com os acontecimentos. (KANT, 2005: 199).

A utilização da personagem Schwedenberg é imprescindível do ponto de vista da prova das teses racionalistas, pois um ser que pode transportar ao sensível aquilo que contempla no mundo invisível é o único indivíduo capaz de confirmar as teorias metafísicas acerca da existência de seres supra-sensíveis, porém, aceitar Schwedenberg é uma tarefa difícil para os metafísicos dogmáticos, visto que ele é tido como louco, mas não aceitá-lo é descartar a única possibilidade da prova sensível para as teses racionalistas.

Contudo, na busca pelos limites do conhecimento, levando em conta que os conceitos puros da razão devem possuir sua validade objetiva na experiência (possível), devemos afirmar que Schwedenberg é o único meio pelo qual poderíamos nos aproximar de um mundo invisível, sendo inculcado os limites para o conhecimento, o que para Kant é estabelecido pela metafísica não dogmática, pois ele engendra a impossibilidade da razão em prescrever existências quando ela só dá conta da essência.

Sabemos, no entanto, que as coisas são reais porque podemos intuí-las e assim obtemos a sua representação e, conseqüentemente, a conhecemos. Deste modo, a investigação contida nos “Sonhos de um Visionário” apresenta o meio pelo qual buscamos conhecer os seres supra-sensíveis, porém, o próprio Kant salienta que tais seres são

conhecidos por meio de inferências, ao contrário do que acontece com os objetos reais, em outras palavras, para buscar aquilo que transcende é necessário a utilização das metáforas de espaço e tempo, que são utilizadas para intuir os objetos sensíveis, para com isso abarcar os seres inteligíveis e transportá-los para o campo sensível tornando-se passíveis de conhecimento. A utilização dessas metáforas, todavia, arrasta o indivíduo à confusão daquilo que é real com o irreal, construindo quimeras e fantasias (como é o caso dos espíritos), pois o sujeito ao “intuir” os seres extra-sensíveis através do espaço e do tempo não consegue mais distinguir o que pode ou não conhecer.

[...] o geômetra representa o tempo através de uma linha, apesar de espaço e tempo corresponderem apenas em relações, estando, portanto, de acordo um com o outro segundo a analogia, mas nunca segundo a qualidade; por isso a representação da eternidade divina assume mesmo entre filósofos a aparência de um tempo infinito, por mais que se tome cuidado em não misturar ambas, e uma das maiores razões pelas quais os matemáticos comumente resistem a admitir as mônadas leibnizianas é certamente a de que eles não conseguem evitar de representar nelas pequenos amontoados. Por isso, não é improvável que sensações espirituais poderiam passar para a consciência, se elas excitam fantasias com elas aparentadas. Desse modo, idéias comunicadas por um influxo espiritual se travestiriam nos sinais daquela linguagem que o homem usa habitualmente, a sensação da presença de um espírito, na imagem de uma figura humana, ordem e beleza do mundo imaterial, em fantasias que comumente divertem nossos sentidos etc. (KANT, 2005: 172-173).

Na busca pelo conhecimento dos seres inteligíveis, sempre utilizaram as “metáforas físicas” (espaço e tempo) para abarcar tais seres, porém, estes não são passíveis de intuição, somente podemos pressupor sua existência através de inferências, logo, utilizando o espaço e tempo (intuição) que nos fornecem as representações de coisas reais para intuir os seres supra-sensíveis acabamos por criar quimeras e fantasias que se transportam para nossos sentidos externos devido à utilização das “formas da intuição sensível” (estabelecido na “Dissertação de 1770”) para ambos os conhecimentos.

Com a elucidação a respeito dos seres supra-sensíveis e sua possibilidade de existência abarcada pela intuição sensível, Kant relaciona os vãos do Sr. Schwedenberg aos vãos da própria metafísica, demonstrando a razão ilimitada juntamente com a curiosidade do entendimento em conhecer o outro mundo, isto é, a verdade e a mentira se misturam por meio da fraqueza do entendimento⁵. Uma razão sem limites cria e se ilude ao pretender

⁵ Nesse período, a distinção entre razão e entendimento não é determinada.

alcançar o inteligível e não podendo explicar, de fato, aquilo que é objeto de sua especulação acaba caindo em erro. Sabemos que o conhecimento sensível possui seus limites, pois há critérios em que a experiência se baseia para conhecer, ou seja, não ultrapassamos o que podemos ter acesso somente pelos sentidos; ao contrário, os metafísicos através da razão livre (sem limites) ultrapassam todo o tipo de barreiras e saltam ao mundo do somente pensável e acreditam dar conta de explicar a existência de entidades não captadas de modo sensível. Neste contexto, Kant engendra a possibilidade de impor limites à razão configurando até que ponto ela pode chegar, além de prescrever seus conhecimentos.

Com a assimilação dos metafísicos (como o próprio Leibniz) aos devaneios de Schwedenberg, Kant mostra o quanto credulidade e razão se misturam, além das histórias dos imaginários que possuem mais crédito do que a própria razão e, desse modo, as pessoas acreditam em relatos fantasiosos sem se perguntarem até que ponto estes possuem veracidade (como é o caso dos espíritos).

Quando essa investigação, no entanto, resulta em filosofia que julga sobre o seu próprio procedimento e conhece não só os objetos, mas ainda sua relação com o entendimento do homem, então os limites são estreitados e são colocados os marcos que nunca mais deixarão a pesquisa extrapolar sua esfera própria. (KANT, 2005: 212-213).

A investigação acerca de hipóteses de cunho supra-sensível, como espírito, Deus e liberdade resultam em vôos que ultrapassam o próprio entendimento, portanto, é necessário uma articulação entre a razão em seu labor especulativo (que conhece) e a razão prática, que se volta a si mesma e busca abarcar o conhecimento dos princípios que regem o nosso mundo sensível, limitando a razão em seu uso especulativo. Assim, o conhecimento irá se estabelecer de modo concreto com o labor do sujeito perante o objeto que lhe é dado e “filtrado” por suas capacidade cognitivas, fazendo com que o indivíduo possa conhecer aquilo que é passível de conhecimento e não simplesmente o que transcende.

Ademais, a razão humana não é suficientemente alada para que pudesse compartilhar nuvens tão elevadas, que subtraem a nossos olhos os segredos do outro mundo, e aos curiosos que dele pedem informação com tanta insistência pode-se dar a notícia simplista, mas muito natural, que o mais sensato é decerto ter *paciência até chegar lá*. (KANT, 2005: p. 217, grifo do autor).

Destarte, a metafísica pretendida por Kant estabelece os limites da razão e acompanha a sabedoria, salientando que a razão não atinge o mundo invisível e mesmo que crie conceitos não pode configurar a existência dos mesmos de modo puramente racional, pois feito isso, só podemos obter conceitos mal fundamentados que fazem com que criemos quimeras que nos conduzem a fantasias além de prescrevermos sua existência, fazendo com que tenhamos a insanidade dos visionários que acreditam caminhar em um mundo onde o irreal é simplesmente a realidade em que eles vivem.

Com o caminho traçado entre 1755 e 1766, Kant engendra seus primeiros passos ao que podemos chamar de filosofia transcendental e, conseqüentemente, uma filosofia dos limites da razão. Com efeito, dois anos após os “Sonhos de um Visionário”, em 1768, nos deparamos com o ensaio “Acerca do primeiro fundamento da diferença das regiões do espaço”, onde observamos a primeira elaboração de um espaço subjetivo que se confirmará em 1770, como um espaço ideal-subjetivo, uma intuição pura.

4 As conseqüências dos ‘Sonhos’

Como já é sabido, em 1756 com a “Monadologia Física”, Kant busca a conciliação de Newton e Leibniz acerca, respectivamente, de um espaço real-absoluto e ideal-relativo. O primeiro afirma um espaço vazio que deve ser ocupado pelos corpos, enquanto o segundo, acredita em um espaço constituído após o “aparecimento” da primeira substância (mônada), ou seja, a parte é anterior ao todo. Nesse contexto, Kant corrobora com Leibniz a pressuposição de um espaço relativo, porém, um espaço constituído pela relação das substâncias e não, como queria Leibniz, uma relação de copresença das substâncias; o que ocorre é que Kant interpreta de modo errôneo o conceito leibniziano de espaço (bem como o de extensão) e afirma o espaço absoluto newtoniano sem ao menos dar conta disso e o resultado é a criação de um espaço relativo diferente do espaço ideal-relativo de Leibniz, pois o espaço kantiano pressupõe o espaço newtoniano.

Em decorrência de suas investigações em 1756, no *Ensaio* de 1768, Kant confirma a tese de Newton e considera a necessidade de um ponto de referência externo para relacionar os corpos que se distinguem dentro de um espaço. Nesse contexto, Kant expõe o conceito de *situação*, sendo este a relação no espaço de uma coisa com outras, buscando afirmar a

existência do espaço absoluto. O conceito de situação nos dá a relação das partes e estas pressupõem uma região que não consiste na relação das coisas no espaço, mas na relação da situação com um ponto que seja externo: espaço absoluto. Kant afirma que podemos conhecer a relação das partes a partir delas mesmas, mas não conhecemos a região, só a conheço quando há uma relação das coisas com um espaço exterior e não com as posições que estas ocupam, e continua dizendo que o fundamento da forma corporal não se define utilizando-se somente da relação das partes, mas levando em consideração um ponto externo.

No momento em que Kant assume a necessidade de um ponto exterior que determine a diferença das regiões no espaço, ele toma como ponto de referência o corpo humano para elucidar as três dimensões do espaço, sendo elas em relação ao corpo: alto/baixo, frente/atrás, direita/esquerda, ou seja, o próprio sujeito é tomado como um ponto de referência externo e como o próprio Kant afirma:

Uma vez que não podemos conhecer tudo o que está fora de nós através dos sentidos a não ser na medida em que estiver em relação conosco, não é de espantar que tiremos da relação destes planos em intersecção com o nosso próprio corpo o primeiro fundamento para formar o conceito de regiões do espaço. (KANT, 1983: 169).

Com esta afirmação, observamos a primeira referência acerca de um espaço subjetivo, visto que o próprio sujeito é considerado como um ponto externo que configura uma região e determina a diferença entre corpos que se relacionam⁶.

Considerando o período que se estende de 1766 a 1770, podemos considerar a influência leibniziana no pensamento kantiano a partir da publicação tardia dos “Novos Ensaio” (1768), fazendo com que o filósofo analisasse a obra de modo detalhado e compreendesse Leibniz como um filósofo crítico do conhecimento. As interpretações kantianas acerca da obra são, amiúde, errôneas, porém a aproximação da teoria das idéias inatas, bem como as mônadas, fazem o espírito kantiano enxergar o ponto dualista do

⁶ O exemplo da mão humana, presente no ensaio de 1768, esclarece o porque da necessidade de um ponto de referência externo, pois como podemos perceber, as mãos possuem a mesma grandeza e proporção, mas não se sobrepõem, não se encerram nos mesmo limites, são não congruentes. Deste modo, se busco a diferença entre elas, tomo as suas relações e relaciono estas com o espaço externo (espaço absoluto) e a partir dessa nova relação, determino a diferença entre os corpos, ou seja, para conceber uma determinação do espaço não utilizo as relações das partes da matéria, mas estas com relação a um espaço que seja preexistente, pois somente este pode configurar a diferença entre corpos.

mundo, equivalendo a teoria platônica juntamente com a “Monadologia” de Leibniz, ou seja, há um mundo supra-sensível que justifica o mundo dos fenômenos (sensível), enquanto existem os objetos em si (númenos) que pertencem ao entendimento (assim como as mônadas); portanto, a dualidade do mundo sensível e inteligível, presente na “Dissertação de 1770”, justifica a influência leibniziana nas investigações kantianas.

Com a afirmação acima, entre o período que separa os “Sonhos de um Visionário” e a “Dissertação de 1770”, podemos dizer que há no mínimo três pontos que esclarecem a investigação kantiana. A publicação dos “Novos Ensaios” concede a Kant a possibilidade de refletir acerca dos conceitos intelectuais puros juntamente com o espaço e tempo como conceitos da razão, desembocando na distinção entre os conceitos da sensibilidade e os conceitos do entendimento puro, que em Leibniz se apresentam como confusos. Ademais, os “escritos de Euler” e as correspondências entre Leibniz e Clarke, fornecem a solução com respeito às concepções de espaço e tempo travadas entre os metafísicos e matemáticos; e, por fim, “a grande luz de 69”, com a leitura de Leibniz que faz com que Kant examine a razão e seus limites culminando nas antinomias da razão.

A “Dissertação de 1770” trata da distinção entre o mundo sensível e mundo inteligível, demonstrando o significado do fenômeno e do númeno, sendo o último o pressuposto do primeiro, ou seja, o fenômeno é aquilo que aparece do númeno (coisa em si) e é apreendido pelas formas da intuição sensível (espaço e tempo). Ademais, encontramos em 1770, o marco da virada crítica, no instante em que é concebido a determinação do conhecimento puro; Kant estabelece que o conhecimento é obtido pelo papel ativo do sujeito perante o objeto por meio de suas capacidades cognitivas de espaço e tempo e categorias do entendimento, sendo ambas puras, *a priori*, obtidas através de leis ínsitas à mente (inatas); deste modo, obtemos as relações do inteligível (conceitos puros do entendimento) para compreender as coisas em si mesmas e a ordenação do sensível (formas puras da intuição sensível), interpretando o mundo como fenômeno.

No âmbito das pesquisas em torno do Kant pré-crítico, há quase que um consenso em considerar a obra de 1770 como o marco da virada crítica, pois nesse escrito encontramos a afirmação de que espaço e tempo são intuições puras pertencentes ao sujeito, adquiridas por leis ínsitas à mente o que nos conduz à virada no campo do conhecimento, ou seja, os objetos do mundo exterior devem regular-se pelo conhecimento do sujeito, que

possui a partir desse momento, um papel ativo na aquisição do conhecimento, já que ele é dotado de capacidades cognitivas que são as formas de todo o conhecimento sensível.

A relevância dessa obra no contexto da filosofia crítica é a afirmação da existência de um mundo fenomênico e um mundo numênico, ou seja, o conhecimento se dá com o labor do entendimento (categorias) juntamente com a intuição pura (espaço e tempo) que abarca o múltiplo dos fenômenos, sintetizados pelos conceitos do entendimento puro. Nesse contexto, Kant demonstra a necessidade de se considerar tanto a experiência quanto o entendimento na aquisição do conhecimento, pois como podemos observar na introdução da *Crítica da Razão Pura*⁷: todo o conhecimento começa com a experiência, mas nem todo deriva dela. Portanto, o conhecimento é obtido pela ação direta do sujeito por meio de suas faculdades ao conteúdo da experiência, transformando este em um “material” possível de ser compreendido e conhecido pelo sujeito.

Deste modo, possuímos um mundo que nos apresenta e que nós o representamos por meio da intuição de espaço e tempo (além das categorias do entendimento), sendo a intuição anterior à experiência, a condição do sensível, o meio pelo qual temos acesso ao mundo dos fenômenos. Para compreendermos a relação fenômeno e númeno juntamente com a intuição espaço e tempo, tomamos como exemplo a explicação de J. Paton na obra “*Kant’s Metaphysic of Experience*”, onde ele afirma que a intuição sensível abarca somente fenômenos e não coisas em si, exemplificando os dois modos de estabelecer o objeto (pois fenômeno e númeno são um e mesmo objeto) tomando o mundo por meio de um óculos de lentes azuis; ou seja, quando observamos um objeto com estes óculos o vemos como azul, isto é, ele não é em suas características ou em si mesmo azul, mas é assim que o represento. Esse exemplo equivale à forma da sensibilidade (espaço e tempo), pois é na sensibilidade que os objetos aparecem e ele nos aparece como nós o representamos, portanto, são as nossas próprias representações⁸.

Ainda dentro do contexto da “*Dissertação de 1770*”, resta saber a origem dessa intuição espaço-temporal e, nesse sentido, segundo a afirmação do próprio Kant:

⁷ Cf. KANT, 2001: 36

⁸ No Book II de sua obra no capítulo VIII, que diz respeito ao espaço e tempo, Paton afirma: It is impossible to invent any exact parallel for this revolutionary doctrine, but if we looked at everything through blue spectacles, we could say that the blueness of thing, as they appeared to us, was due, not to the things, but to our spectacles. In that case the spectacles offer a very rough analogy to human sensibility in Kant’s doctrine.

Surge, por fim, quase espontaneamente, a questão de saber se ambos os conceitos são *inatos* ou se são *adquiridos* [...] Na verdade, *o conceito de ambos é*, sem qualquer dúvida, *adquirido*; não certamente abstraído a partir da própria sensação dos objetos (pois a sensação dá a matéria, mas não a forma do conhecimento humano), mas sim a partir da própria acção da mente que coordena as suas sensações segundo leis permanentes [...] as sensações despertam esse acto na mente, mas não intervêm na intuição, nem existe aqui outra coisa inata a não ser a lei do espírito, segundo a qual ele liga de uma maneira determinada as suas sensações provenientes da presença do objeto. (KANT, 2004: 62, grifo do autor).

As definições dadas ao espaço, bem como ao tempo, na terceira seção da “Dissertação de 1770”, contrariam as concepções anteriores referentes a Newton e Leibniz. O espaço não é uma abstração da sensação, como afirmava os empiristas (Hume e Locke); não é um conceito, como propunha Leibniz, mas uma intuição pura, ligada à geometria contendo intuições empíricas; ele é unitário e antecipa as suas partes, enfim, o espaço é subjetivo e ideal, oriundo da natureza do espírito, visto que não é extraído da experiência (ou seja, subjetivo) e, além disso, é anterior à própria experiência (ou seja, ideal).

Com efeito, Kant considera que a realidade depende do sujeito, sendo este um sujeito científico que torna possível o fenômeno e possui as estruturas que o tornam possível como objeto do conhecimento. Assim em 1781, observamos a distinção entre fenômeno e nùmeno, sendo o primeiro submetido ao conhecimento, enquanto que o segundo é uma idéia da razão; todavia, um pressupõe o outro, pois o fenômeno é o que aparece da coisa em si mesma.

O relevante destas observações é considerar o papel que Kant busca estabelecer à filosofia, visto que ela se preocupa em conhecer as coisas, os objetos, o ser; porém, agora, ela tem a tarefa de saber como conhecer, ela se torna uma filosofia transcendental, entretanto, em 1770, Kant não se preocupa em determinar o meio de aplicar as estruturas do conhecimento (*a priori*) ao sensível, seu projeto permanece metafísico, constituindo as estruturas *a priori* do espaço e tempo, mas não demonstrando sua aplicação, ou seja, Kant na “Dissertação” estabelece a metafísica de nossas formas da sensibilidade deixando para a *Crítica* a exposição transcendental das mesmas, portanto, no contexto de 1770, observamos a preparação para o criticismo e a virada eminente no campo do conhecimento.

Diante do percurso traçado entre os escritos de 1755 a 1770, resta a consumação do criticismo com a colocação do problema crítico presente em 1781, anunciado em 1772 por

Kant em carta dirigida a Marcus Herz (existem duas cartas que estabelecem o plano pretendido na *Crítica* e com elas termina, de fato, o período pré-crítico).

Na carta dirigida a Herz em junho de 1771, encontram-se as objeções acerca da idealidade do espaço e tempo e sua subjetividade, pois para Lambert: se as mudanças ocorrem no tempo e se elas são reais, o tempo também é algo real e não ideal e, do mesmo modo, Mendelssohn considera o tempo (assim como afirmava Leibniz, segundo o próprio Mendelssohn) como algo objetivo, mas contendo também certa subjetividade. Essas objeções também estão presentes em 1772, em outra carta a Herz, onde encontramos dois problemas que afirmam o criticismo.

Nesta carta, de 21 de fevereiro de 1772, Kant escreve a Herz e afirma ter percebido que após delimitar os dois mundos (sensível e inteligível) era necessário demonstrar suas relações e, nesse sentido, aparece o primeiro problema crítico, a saber: “sobre que fundamento <Grund> repousa aquilo que em nós chamamos representação <Vortellung> com o objeto <Genstand>?” (KANT, 2004: 132), ou seja, como aplicar as categorias do entendimento aos fenômenos? (questão tratada na “Dedução Transcendental das Categorias” na *Crítica da Razão Pura*). Além disso, Kant indaga sobre “a possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*”, sendo este um dos problemas centrais, senão o principal, da *Crítica* (pois, disso depende a matemática e a física puras, sendo a solução dada por meio da intuição pura do espaço e do tempo).

Na *Crítica*, o problema transcendental está na Dedução das Categorias do entendimento, a aplicação da categoria ao fenômeno que culmina ainda no problema crítico: “como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*?” Isto é, como o entendimento forma os conceitos puros e os apresenta ao sensível? A solução dada por Kant está na Dedução Transcendental, como já havia sido dito, pois, dessa forma, podemos compreender a síntese das intuições e conceitos, além das formas da sensibilidade pura e do entendimento, pois, em 1781, compreendemos a aquisição das categorias, juntamente com o espaço e tempo e, ademais, fica claro a possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*, ou seja, são possíveis em uma intuição pura de espaço e tempo⁹.

⁹ Cf. *Carta a Marcus Herz*, 2004: 132.

5 Conclusão

Considerando todo o período examinado, podemos afirmar que do ponto de vista da “Dissertação de 1770”, a intuição pura do espaço e do tempo juntamente com o sujeito transcendental que conhece e faz com que os objetos sejam conhecidos por meio do conhecimento do sujeito e não ao contrário, observamos um marco crítico e, diante dos fatos, podemos corroborar junto a alguns pensadores, o escrito de 1770 como o texto da virada crítica. Do mesmo modo, tomando a Carta a Marcus Herz de 1772, salientando a preocupação de Kant em demonstrar a aplicação das categorias aos fenômenos que diz respeito à Dedução Transcendental na primeira *Crítica*, podemos afirmar que essa carta pode ser o ponto de passagem do período pré-crítico para o criticismo, culminando na dicotomia presente na história da filosofia, em que alguns estudiosos da filosofia kantiana confirmam a tese de que a “Carta a Herz” corresponde à virada crítica, bem como a “Dissertação de 1770”. Dentro desse impasse, se levarmos em consideração os elementos críticos presentes nos “Sonhos de um Visionário”, com relação às metáforas de espaço e tempo utilizadas para conhecer o invisível (sendo possível aplicá-las somente no sensível), além da crítica à metafísica dogmática que busca tudo conhecer e vê seu fim na figura de Schwedenberg, representando assim os vãos da metafísica, poderíamos concluir que esse escrito de 1766 seria uma possível virada crítica que gera conseqüências nos escritos ulteriores desembocando, enfim, na *Crítica* de 1781.

Como podemos perceber, a demarcação da virada crítica depende do ponto de vista das argumentações presentes em cada obra, isto é, a cada elemento crítico encontrado pode-se postular o momento da crítica à razão e assim pontuar o criticismo.

Referências

CASSIRER, E. *Kant, vida y doctrina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1948.

KANT, I. Sonhos de um visionário explicados por sonhos da metafísica. In: *Escritos pré-críticos*. São Paulo: Unesp, 2005. p. 141-218.

_____. Acerca do primeiro fundamento da diferença das regiões do espaço. In: MAGALHÃES, R. *Textos pré-críticos*. Porto: Rés, 1983. p. 165-174.

KANT, I. Acerca da forma e dos princípios do mundo sensível e inteligível. In: SANTOS, L. R. dos; MARQUES, A. *Dissertação de 1770 seguida de Carta a Marcus Herz*. 2. ed. Lisboa: Casa da Moeda, 2004.

_____. *Historia general de la naturaleza y teoria del cielo*. Buenos Aires: Juarez Editor, 1969.

_____. *L'unique fondement possible d'une démonstration de l'existence de dieu*. Paris : Vrin, 1973.

_____. *Crítica da Razão Pura*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001

PHILONENKO, A. *L'oeuvre de Kant*. 3. ed. Tomo I. Paris: Vrin, 1983.

PATON, H. J. *Kant's metaphysic of experience*. Virginia: Thoemmes Press, 1997. v.1

PRADO, L.L. *Monadologia e espaço relativo: o jovem Kant recepcionando Leibniz*. São Paulo: Educ, 2000.

ARTIGO RECEBIDO EM 2007